



**Licenciamento de uma entidade gestora responsável pela organização e manutenção de um registo provisório de produtores de baterias e acumuladores de veículos automóveis, nos termos do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 6/2009, de 6 de Janeiro**

Considerando o Decreto-Lei n.º 6/2009, de 6 de Janeiro, que estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a gestão de resíduos de pilhas e acumuladores, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2006/66/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de Setembro de 2006;

Considerando que a Valorcar - Sociedade de Gestão de Veículos em Fim de Vida, Lda é uma entidade gestora licenciada para a gestão de resíduos de baterias e acumuladores para veículos automóveis e resíduos de baterias e acumuladores industriais, ao abrigo do Despacho n.º 16781/2009, de 22 de Julho e nos termos previstos no art. 18º do referido diploma;

Considerando que o art. 34º do Decreto-Lei n.º 6/2009, de 6 de Janeiro prevê a obrigação da entidade gestora licenciada ao abrigo do art.º 18º, de proceder nos termos do n.º2 do art. 23º e do art. 25º, ao registo dos produtores cuja responsabilidade pela gestão tenha sido transferida para esta entidade até à constituição da entidade de registo prevista no art. 23º;

Considerando que não existe nenhuma entidade de registo licenciada nos termos do art. 23º;

Considerando o pedido de licença efectuado pela Valorcar - Sociedade de Gestão de Veículos em Fim de Vida, Lda, em Fevereiro de 2009 para assegurar o registo provisório de produtores de baterias e acumuladores de veículos automóveis e de baterias e acumuladores industriais, nos termos e para os efeitos do disposto no art. 34º do referido diploma;

Considerando que o caderno de encargos constante no anexo à presente licença e da qual faz parte integrante foi objecto de parecer favorável.

O Director-Geral da Agência Portuguesa do Ambiente concede à "Valorcar - Sociedade de Gestão de Veículos em Fim de Vida, Lda", nos termos e para os efeitos do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 6/2009, de 6 de Janeiro, uma licença para assegurar o registo provisório de produtores de baterias e acumuladores de veículos automóveis e de baterias e acumuladores industriais, que se rege pelas disposições do referido decreto-lei e pelas seguintes cláusulas:

**Cláusula 1.ª**

**Objecto e âmbito**

A Valorcar – Sociedade de Gestão de Veículos em Fim de Vida, Lda, a seguir designada por titular, é licenciada para organizar e assegurar a manutenção do registo provisório de produtores de baterias e acumuladores de veículos automóveis e de baterias e acumuladores industriais, cuja responsabilidade pela gestão dos resíduos lhe tenha sido transferida, enquanto entidade gestora a que se refere o artigo 18.º do Decreto-Lei nº 6/2009, de 6 de Janeiro e nos termos da licença de que é titular ao abrigo do Despacho n.º 16781/2009, de 22 de Julho.

18

**Cláusula 2.ª**

**Validade**

1. A licença é válida até à constituição da entidade de registo referida no artigo 23º do Decreto-Lei nº 6/2009, de 6 de Janeiro ou até ao termo do prazo de validade da licença atribuída à Valorcar – Sociedade de Gestão de Veículos em Fim de Vida, Lda na qualidade de entidade gestora a que se refere o artigo 18º do presente diploma.
2. Sem prejuízo do disposto no n.º1, a presente licença será objecto de uma avaliação intercalar do balanço da actividade e dos resultados obtidos pela titular, a realizar pela Agência, no prazo máximo de um ano a contar da data de emissão da presente licença, podendo determinar a adopção de medidas correctivas.

**Cláusula 3.ª**

**Procedimento e controlo do registo**

1. Para efeitos do disposto no n.º1 do art. 25º, a titular deve no procedimento de registo dos produtores de baterias e acumuladores de veículos automóveis e de baterias e acumuladores industriais, assegurar:
  - a) a atribuição de um número de registo de produtor;
  - b) a recolha dos elementos exigíveis na Decisão da Comissão 2009/603/CE, de 5 de Agosto;
  - c) a verificação da classificação e da quantidade de produtos colocados no mercado anualmente.
2. O procedimento de registo a aplicar pela titular e a metodologia a adoptar para controlo das quantidades de baterias e acumuladores de veículos automóveis e de baterias e acumuladores industriais colocadas no mercado, são as que resultam dos pontos 5 e 6 do caderno de encargos, respectivamente.

**Cláusula 4.ª**

**Funcionamento e sigilo do sistema**

1. A titular é responsável pela integridade, segurança e manutenção das informações recolhidas no sistema de registo e de declaração de quantidades devendo adoptar as medidas necessárias ao normal e seguro funcionamento do sistema de registo e declaração de quantidades colocadas no mercado.
2. Nos termos do número 2 do artigo 25º do Decreto-Lei nº 6/2009, as informações prestadas à titular, que constituam segredo comercial ou industrial, são confidenciais.

**Cláusula 5.ª**

**Procedimentos de informação**

1. Os procedimentos obrigatórios de informação são os constantes do ponto 7 do caderno de encargos.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a titular deve proceder ao envio trimestral das acções executadas e dos respectivos resultados, bem como dos indicadores de mercado, até ao final do mês seguinte ao trimestre a que se reportam.
3. A titular fica obrigada a comunicar de imediato à Agência o não cumprimento pelos produtores aderentes ao seu sistema de gestão das obrigações de registo e de prestação de informação periódica, nos termos do n.º 3 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 6/2009.

4. A titular deve prestar à Agência e demais entidades competentes toda a informação intercalar que lhe for solicitada e comunicar-lhes independentemente de solicitação, a ocorrência dos factos relevantes para o exercício da sua actividade.

**Cláusula 6.ª**

**Taxas a cobrar no procedimento de registo**

A taxa a suportar pelos produtores de baterias e acumuladores de veículos automóveis e de baterias e acumuladores industriais, para efeitos do procedimento de registo definido na cláusula 3ª, é fixada no montante de 50 euros por produtor.

**Cláusula 7.ª**

**Alterações da licença**

As cláusulas da presente licença podem ser objecto de alteração mediante proposta devidamente fundamentada da titular ou por iniciativa do Director-Geral da Agência, sempre que se verifique uma alteração de circunstâncias que estiveram subjacentes à sua emissão.

**Cláusula 8.ª**

**Vigência**

A presente licença produz efeitos a partir de data da sua assinatura.

Amadora, 25 de Agosto de 2009

O Director-Geral,

António Gonçalves Henriques





**AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE**

*Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional*

**Anexo da licença ao abrigo do disposto no artigo 34º do Decreto-Lei n.º 6/2009, de 6 de Janeiro concedida à Valorcar - Sociedade de Gestão de Veículos em Fim de Vida, Lda**

O presente anexo faz parte integrante da licença concedida e que se traduz no Caderno de Encargos entregue pela entidade gestora responsável pelo sistema de gestão de resíduos de baterias e acumuladores de veículos automóveis e de baterias e acumuladores industriais.